

**CLASSE, GÊNERO E RAÇA: ANÁLISE DO DISCURSO  
DE CAROLINA MARIA DE JESUS EM “QUARTO DE DESPEJO”**

*Pauline Ildefonso* (UENF)

[paulinevitoria@hotmail.com](mailto:paulinevitoria@hotmail.com)

*Shirlena Campos de Souza Amaral* (UENF)

[shirlenacs@gmail.com](mailto:shirlenacs@gmail.com)

*Gizelya da Silva Morais* (IFF)

[gizelyamorais@gmail.com](mailto:gizelyamorais@gmail.com)

**RESUMO**

Este artigo propõe a análise do discurso contido no livro “Quarto de despejo”, escrito por Carolina Maria de Jesus, que tem como elementos centrais de análise a escrita sobre a fome, a pobreza, o trabalho, as relações étnico-raciais e os sentidos da linguagem numa perspectiva bakhtiniana. Por se tratar de uma mulher negra moradora da periferia, optamos por utilizar o conceito de Interseccionalidades de Crenshaw (1980), que reconhece as múltiplas relações de poder em que estão inseridas as mulheres negras e pobres na sociedade contemporânea. Analisamos os escritos como um discurso construído a partir de experiências de vida, aqui chamadas de escritas-vivências, Evaristo (2007). Para tanto, nosso trabalho tem como ponto de partida o reconhecimento das múltiplas faces da pobreza que se capilarizam no discurso de Carolina Maria de Jesus e as formas com que seus escritos nos aproximam de uma perspectiva da natureza social do discurso, ligadas às condições de comunicação, que estão indissolúvelmente ligadas às construções sociais. Para tanto, este trabalho se divide em duas seções. A primeira que tem como objetivo apresentar os marcos conceituais utilizados na discussão e o segundo a análise de trechos do livro em questão. A forma crítica e “poética” com que ela discursa a respeito do tripé fome, pobreza e trabalho tendo como pano de fundo uma paucicéia dos marginalizados, invisíveis e excluídos desvela narrativas até então silenciadas.

**Palavras-chave:**

**Discurso. Interseccionalidades. Maria Carolina de Jesus.**

**ABSTRACT**

This article proposes an analysis of the discourse contained in the book “Quarto de despejo”, by Carolina Maria de Jesus, whose central elements of analysis are the writing on hunger, poverty, work, ethnic-racial relations and the meanings of language in a Bakhtinian perspective. As she is a black woman living in the periphery, we chose to use Crenshaw’s concept of Intersectionality (1980), which recognizes the multiple power relationships in which black and poor women are inserted in contemporary society. We analyze the writings as a discourse built from life experiences, here called clerks, Evaristo (2007). Therefore, our work has as its starting point the recognition of the multiple faces of poverty that are capillarized in the speech of Carolina Maria de Jesus and the ways in which her writings bring us closer to a perspective of the social nature of the speech, linked to the conditions of communication, which are

inextricably linked to social constructions. To this end, this work is divided into two sections. The first aims to present the conceptual frameworks used in the discussion and the second to analyze excerpts from the book in question. The critical and “poetic” form with which she speaks about the tripod of hunger, poverty and work against the background of a paucity of the marginalized, invisible and excluded unveils narratives hitherto silenced.

**Keywords:**

**Discourse. Intersectionality. Maria Carolina de Jesus.**

## **1. Introdução**

Esta pesquisa objetiva a análise do discurso do livro “Quarto de despejo”, escrito por Carolina Maria de Jesus, enquanto um discurso construído a partir de experiências de vida. No bojo deste trabalho, encontra-se o desejo de observar – a partir do texto escolhido – a expressão crítica e estética com que são apresentadas as múltiplas faces das desigualdades representadas pela autora. Assim, buscamos evidenciar a maneira com que a autora dá centralidade ao tripé fome, pobreza e trabalho, a partir do status de “ser mulher favelada”, sob uma perspectiva interseccional, ou seja, capaz de absorver o conjunto de relações e significados que circulam a vivência de Carolina Maria de Jesus em sua trajetória de vida e de trabalho. Desta forma a significação do mundo vai sendo construída a partir da ancestralidade e das experiências vividas, surgindo assim a consciência de si e do todo. Experiência é vivência e sobrevivência. Sobre isso, Bakhtin assinala que:

A vivência expressa e a sua objetivação exterior são criadas, como sabemos, a partir do mesmo material. Com efeito, não há vivência fora da encarnação sónica. Portanto, desde o início, não pode haver nenhuma diferença qualitativa entre o interior e o exterior. Mais do que isso, o centro organizador e formador não se encontra dentro (isso é, no material dos signos anteriores), e sim no exterior. Não é a vivência que organiza a expressão, mas, ao contrário, a expressão organiza a vivência, dando-lhes sua primeira forma e definindo a sua direção. (BAKHTIN 2006, p. 204)

Desta maneira, captar a essência do discurso de Maria Carolina de Jesus requer necessariamente trazer para o bojo desta análise as mediações sociais em que ela estava inserida. Ou seja, visualizar as relações de poder segundo gênero, raça e classe expressas em “Quarto de despejo”. Para esse debate, ao decorrer do artigo, recorreremos ao conceito de Interseccionalidade.

A perspectiva Interseccional de análise das relações sociais é fruto do amadurecimento do pensamento feminista estadunidense utilizado

desde a década de 1980 como forma de expor as complexidades do cotidiano das vivências negras. Fato é que não basta analisar uma mulher como pobre, ou como negra, ou mesmo enquadrá-la num perfil de sexo. É preciso enxergar o mundo como ele é, com suas divisões em classes, onde uma grande maioria é explorada. E as mulheres negras acabam por se encontrar justamente no alicerce dessa pirâmide de exploração. O discurso de Sojourner Truth, mulher que esteve em situação de escravidão e discursou na Convenção do Direito das Mulheres em Ohio – 1851 – é um dos grandes marcos da busca pelo fim da invisibilidade da condição das mulheres negras na sociedade estadunidense.

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também agüentei as chicotadas! E não sou mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH *apud* RIBEIRO, 2017, p. 10)

E, neste sentido, Hirat (2014, p. 62) afirma que a interseccionalidade é uma proposta para “levar em conta as múltiplas fontes da identidade embora não tenha a pretensão de “propor uma nova teoria globalizante da identidade”. Sendo assim, olhar a questão de gênero, classe e raça torna-se necessariamente um exercício de compreender as desigualdades dentro das desigualdades, é visualizar o microcosmo das relações de poder que perpassam a sociedade. Assim, a interseção dos conceitos de gênero, raça e classe – que durante muito tempo estiveram condicionados ou invisibilizados pela relação de classe – torna-se fundamental para visualizar as diferenciações e novas demandas das mulheres. Tal perspectiva é indispensável quando se trata dos estudos que se dedicam a reconhecer e denunciar as multiplicidades de demandas postas cotidianamente pelas mulheres face às identidades sociais.

Ao fazer isso, também discutimos sobre a situação da mulher negra na atualidade, sobre os avanços e as permanências no que tange às desigualdades de classe gênero e raça. Optamos por revisão bibliográfica para construir o arcabouço teórico-metodológico da pesquisa e análise documental e discursiva em que o próprio livro se torna nossa base de análise. Assim, para além de destacarmos a vida e a obra “Quarto de

despejo” – o diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus, e as maneiras com que a autora esteticamente expõe sua trajetória de luta cotidiana contra a dura realidade que a permeia através das palavras e do seu discurso, objetivamos refletir sobre o discurso da fome, pobreza, trabalho, pelo recorte de gênero, raça e classe.

Assim, a proposta deste trabalho é analisar como a autora representa em “Quarto de despejo” a fome, a pobreza, e a miséria, assim como sua relação com o trabalho. Compreendemos, portanto, Carolina Maria de Jesus, como autora-política, no sentido de que expõe através dos relatos em seu diário, o cotidiano dos marginalizados, dos sobrantes e periféricos da sociedade urbana, paulicéia da época, e como ela escreve sobre tudo isso, todas essas questões sociais, de forma sensível. Para tanto, este trabalho se divide em duas seções. A primeira tem como objetivo apresentar os marcos conceituais utilizados na discussão. A segunda parte é a análise de trechos do livro em questão. A forma crítica com olhar voltado para as desigualdades de raça, gênero e classe com que Carolina Maria de Jesus entrelaça seu discurso a respeito do tripé fome, pobreza e trabalho, tendo como pano de fundo uma paulicéia dos marginalizados, invisíveis e excluídos. Desvelando, assim, narrativas até então silenciadas.

Para tanto, situar histórica e geograficamente a trajetórias de vida e trabalho de Carolina de Jesus, apresentando “Quarto de despejo” é trazer para o bojo deste trabalho um olhar sensível às realidades de milhares de mulheres negras empobrecidas no Brasil e a luta por transformar as vivências em obra literária, situada no campo das escrevivências.

## **2. *Interseccionalidades e Escrevivências: a poética das desigualdades sociais na obra de Carolina Maria de Jesus.***

Para analisar a obra de Carolina Maria de Jesus, deter-se somente às desigualdades de classe seria incabível, pois estaríamos invisibilizando fatores estruturais que se combinam e entrelaçam para as que as múltiplas formas de opressão e discriminação se mantenham nas sociedades. Desta forma, concordamos com Scott (1988), quando propõe um modelo de interpretação das realidades das mulheres voltado para a complementaridade entre sexo e gênero, enfatizando os elementos culturais presentes na construção dessas identidades. Para a pensadora estadunidense, gênero seria uma categoria analítica que evidencia as relações de poder na sociedade. Segundo a autora, o conceito de gênero

[...] é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informações sobre os homens, que implica no estudo do outro. Este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado por ele e dentro desse mundo. Ademais, gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um dominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres tem filhos e os homens tem uma força muscular superior. O gênero se torna, alias uma maneira de indicar as “as construções sociais” – criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais entre homens e mulheres. (SCOTT, 1990, p. 4)

A definição do conceito de gênero enquanto “uma maneira de indicar as construções sociais referentes aos papéis sociais dos homens e mulheres”, e apresenta ainda a necessidade de articular gênero a outras construções sociais que juntamente com ele, convergem para a continuação dos sistemas de opressão, dominação e exploração na sociedade capitalista. Desta forma, seria um equívoco tomar de forma isolada as reflexões que perpassam as questões de gênero, raça e classe, principalmente quando se trata de analisar tais relações mediadas pelo mercado de trabalho, meio privilegiado onde se estabelecem múltiplas relações de poder a partir da divisão social, sexual e racial do trabalho. Ao analisar a questão, Hirata (2006) pondera que:

A distinção entre relação intersubjetiva e relação social permite compreender que, se a situação mudou de fato em matéria de relações intersubjetivas entre os sexos e nos casais, as relações sociais, porém, continuam a operar e a se manifestar sob suas três formas canônicas: exploração, dominação e opressão (que podem ser ilustradas pelas diferenças salariais, pela maior vulnerabilidade e maior risco de ser vítima de violências). Ou seja, se de um lado há um deslocamento das linhas de tensão, de outro, as relações sociais de sexo permanecem intactas. Da mesma maneira, são as práticas sociais – e não as relações intersubjetivas – que podem dar origem a formas de resistência e que podem, portanto, ser as portadoras de um potencial de mudança no nível das relações sociais. (HIRATA, 2016 p. 95)

Ao observar a situação da mulher negra no Brasil no período que se inicia no pós-escravidão (1889), é necessário pensar na complementaridade que as categorias de gênero, raça e classe inseriram nas cotidianidades das relações sociais. Em países como Brasil, por exemplo, faz sentido pensar as desigualdades de classe sempre intimamente articuladas com cor/raça, tendo em vista o passado escravista que determina as classes a partir dos critérios raciais. É importante pensar como essas relações continuam atuais desdobrando-se nos diferentes contextos de reprodução

da vida. O desemprego, a precarização trabalho, os baixos níveis de escolaridade, e mais precisamente a maciça inserção da mão de obra negra feminina no trabalho do cuidado são exemplos disto.

Soma-se a isto a questão racial, já que o racismo afirma-se enquanto um delineador das relações sociais. Compreendemos que as heterogeneidades, as identidades sociais e as experiências de classe são matérias-primas que permitem que a classe trabalhadora se reconheça enquanto classe para si. Desta forma, os projetos de classe ganham um novo sentido quando assume também um caráter antirracista e a questão de gênero. Neste sentido, para além de pensar a construção social de raça e racismo, cabe visualizar a maneira como tais conceitos dão forma ao que foi a divisão racial do trabalho instituído pela colonização no Brasil.

Pensar a obra “Quarto de despejo” pela perspectiva política é compreender que as múltiplas faces do racismo ao ser articulado com a face da pobreza, aprofundam ainda mais as desigualdades nas relações sociais de poder. Ao ponderar sobre o assunto, Gonzales (1979. p.3) afirma que enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, se estruturam na medida em que remete a divisão racial do trabalho, extremamente útil e compartilhado pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção de equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classe e no sistema de estratificação social.

Se o racismo existe na prática e se ele pode ser compreendido enquanto sistema que mantém o equilíbrio do capital e articula os mecanismos de posição na estrutura de classe, não só a “democracia racial” torna-se mito, quanto a “competição democrática”. Esta competição democrática, fruto do pensamento/mito de democracia racial ignora toda a construção histórica racista em que se formou a sociedade brasileira.

Portanto, a estreita relação entre raça e classe social, que permeia a formação capitalista no Brasil, precisa ser inserida no âmbito do debate sobre os impactos na sociedade atual. Dessa maneira, a população negra – tanto no período colonial, e principalmente, no período pós-escravidão – foi desprovida da aparelhagem social para ser inserida no novo mundo do “trabalho assalariado”, sendo alocada nas atividades de menor prestígio social e com as menores remunerações. Sobre isso, a Organização Internacional do Trabalho ressalta que:

As diversas formas de discriminação estão fortemente associadas aos fenômenos de exclusão social que dão origem e reproduzem a pobreza. São responsáveis pela superposição de diversos tipos de vulnerabilidades e pela criação de poderosas barreiras adicionais para que pessoas e grupos discriminados possam superar a pobreza. Nos últimos anos, tem aumentado o reconhecimento de que as condições e causas da pobreza são diferentes para mulheres e homens, negros e brancos. O gênero e a raça são fatores que determinam, em grande parte, as possibilidades de acesso ao emprego, assim como as condições em que esse se exerce. Desse modo, condicionam também a forma como os indivíduos e as famílias vivenciam a pobreza e conseguem ou não a superar. No Brasil, as discriminações de gênero e raça têm atuado como eixos estruturantes dos padrões de desigualdade e exclusão social. Esta lógica se reflete no mercado de trabalho, no qual as mulheres, especialmente as mulheres negras, vivenciam as situações mais desfavoráveis. (OIT/DIEESE, s/d)

Na atualidade, um dos grandes desafios das teóricas negras é inserir tais perspectivas analíticas no campo das políticas sociais de modo que se busquem novos caminhos para o enfrentamento de velhos problemas. Segundo Piovesan (2006), as discriminações contra mulheres, população afrodescendente e indígenas geram a “feminilização e etnicização da pobreza”. Ou seja, a pobreza tem cor e gênero, ela está demarcada de maneira explícita e co-substancializada na sociedade brasileira. Desta forma, a Interseccionalidade vai se desenhando não somente como teoria feminista – que específica para analisar as múltiplas condições de subalternidades das vivências negras – mas também como metodologia para relatar as múltiplas condições de opressão e exploração em que se encontram as feminilidades no Brasil. No mesmo sentido, Minayo (1994, p. 17) salienta que “nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”, esta perspectiva de análise complementa o conceito de “lugar de fala”:

Ou seja, reconhecendo a equação: quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco. A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e assim invisibilizando outras experiências do conhecimento. (RIBEIRO, 2017, p.24-5)

A interseccionalidade passa a ser um instrumento de análise das questões da vida prática referentes ao lugar da mulher negra na produção e reprodução da vida, precisam ser analisadas com subsídios de uma linguagem nascidas no solo fértil das próprias vivências negras. Por isso, segundo Djamila Ribeiro (2017), defender o “lugar de fala” da mulher negra é desenvolver análises da realidade a partir da negritude e não da

branquitude. Questão já colocada por Lélia Gonzáles na luta pelo reconhecimento de um feminismo latino-americano, evidenciando as particularidades dos processos de resistência vivenciados e dos legados de luta no enfrentamento ao discurso hegemônico e de hierarquização de saberes frente a uma ciência eurocêntrica que define discursos válidos e inválidos.

Com um olhar “de dentro da favela”, Carolina Maria de Jesus apresenta em “Quarto de despejo”; diário de uma favelada a sua vida: suas vivências e também aquela dos habitantes da favela do Canindé. Assim, pode-se afirmar que a escritora escreve/vivências, pois, o diário é um registro de vida, logo a escrita dela é uma escrevivência. Esse conceito é recente, embora possa aplicar-se perfeitamente à escrita de Carolina Maria de Jesus. Essa construção teórica, segundo Conceição Evaristo, pode ser definida como: “Escrevivência consiste na escrita a partir das experiências que o autor obtém ao longo de sua vida. Tendo essa vivência como base, cada autor acaba por ter pontos de vista diferentes sobre uma mesma situação ou fato” (EVARISTO, 2005, p. 1). Ainda para Evaristo (2007, p. 21) “(...) nossas escrevivências não podem ser lidas como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” Trazer o olhar conceitual das escrevivências para o trabalho é, sobretudo, abrir espaço paranarrativas sócio históricas invisibilizadas pelo processo de reconhecimento de autores e obras de literatura brasileira. Segundo Soares e Machado (2017, p. 2):

A produção escrita, no entanto, pouco figura no cânone da Literatura Brasileira (causando a sensação de que seria inexistente), por exemplo, ou mesmo tem suas singularidades esmaecidas, a ponto de não ser possível reconhecer que essas/es autoras/es possam pertencer à outra raça que não a branca, exceto através de uma minuciosa investigação sobre a biografia desses sujeitos.[...] Assim, ratificar a existência de autoras/es negras/os assume uma função compositiva na produção de subjetividade ao recuperar o protagonismo de narrativas próprias, o que concorre para o crescimento e desenvolvimento social e emocional da população negra. (MACHADO, 2017, 2)

Cunhada por Conceição Evaristo, a noção de escrevivências pode ser compreendida como método de escrita e análise, de produção de conhecimento e de desvelamento das cadeias de subordinação em que estão inseridas as mulheres negras. Essa proposição se nutre substancialmente da experiência da autora para viabilizar narrativas que ao mesmo tempo dizem respeito à experiência individuais e coletivas de mulheres. Evaristo reflete que, em uma escrevivência, “as histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas”.

Então, as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando são contadas. Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve, o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência. (EVARISTO, 2011.p. 24)

Surtem de processos em que as autoras se colocam no espaço aberto entre ficção e realidade, utilizando-se dessa profundidade para construir uma narrativa singular, mas que aponta para uma coletividade. Desta forma, para Soares e Machado (2017), escrever significa contar histórias absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas, uma vez que se compreende existir um comum constituinte entre autor/a e protagonista, quer seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas. Ao refletir sobre o conceito, Evaristo (2011) considera que o sujeito da literatura negra tem a sua existência marcada por sua relação e por sua cumplicidade com outros sujeitos. Temos um sujeito que, ao falar de si, fala dos outros e, ao falar dos outros, fala de si. Segundo Ferreira (2009), somos seres construídos por “performances discursivas” e por isso podemos engendrar outros discursos para outras ações. Podemos inaugurar novos sentidos para a nossa vida e, portanto, reinventar nossas histórias. Por isso mesmo, dada às relações em que vivemos, apresentam-se específicas maneiras de falar e representar a cotidianidade das relações sociais assumidas. O estudo da relação eu/locutor nas formações discursiva de Carolina Maria de Jesus reflete particularidades de seu posicionamento frente ao mundo.

### **3. *Da autora e obra: Carolina Maria de Jesus e o “Diário de uma favelada: Quarto de despejo”***

Carolina Maria de Jesus nasceu em Sacramento, no interior de Minas Gerais, e migrou para São Paulo com sua família em busca de melhores condições de vida. Foi maltratada durante a infância, mas aos sete anos frequentou a escola. Em pouco tempo, aprendeu a ler e escrever e desenvolveu o gosto pela leitura.

Dantas (1960) aponta que em 1937 após a morte da mãe, mudou-se para São Paulo. Aos 33 anos, desempregada e grávida, passou a residir na favela do Canindé, na zona norte da capital paulista. Trabalhava

como catadora de papel e, nas horas vagas, registrava o cotidiano da favela em cadernos que encontrava no material que recolhia. Apenas com o segundo ano primário incompleto, escreveu uma série de diários, romances, contos e poesias. No Brasil ficou conhecida por seu livro “Quarto de despejo” publicado em 1960 com a ajuda do jornalista Audálio Dantas. Na publicação de “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, ainda de acordo com Dantas (1960), foram vendidos já na primeira noite de autógrafos seiscentos livros. A tiragem inicial, que seria de três mil exemplares, passou para trinta mil, e esgotaram-se em apenas três dias só na cidade de São Paulo. Após, mais de dez edições foram feitas no Brasil, inclusive uma edição de bolso em 1976, um ano antes da morte da autora.

Durante o auge de sucesso da obra, “Quarto de despejo”, ganhou até uma adaptação para o teatro, que estreou em 1961. O livro foi traduzido para treze línguas e circulou em quarenta países. A escritora favelada foi homenageada pela Academia Paulista de Letras e Academia de Letras da Faculdade de Direito. Sua fama lhe rendeu viagens nacionais e internacionais. O sucesso do livro lhe rendeu os anos felizes da transformação que atravessou sua vida: viagens, jantares, contatos com presidentes e escritores reconhecidos, entrevistas, participações em congressos, um reconhecimento como artista. O sucesso de vendas de “Quarto de despejo” permitiu Carolina Maria de Jesus comprar uma casa de alvenaria em Santana, onde passou a morar com os filhos até 1964. A localidade era um bairro de classe média baixa, em que ela e seus filhos sofreram uma série de preconceitos por serem negros e carregarem o estigma da pobreza. Carolina faleceu pobre e esquecida no sítio de Parelheiros, na madrugada de 13 de fevereiro de 1977.

Com um discurso sem rodeios ou floreios da vida na favela, de uma maneira tocante e ao mesmo tempo lírica. Em “Quarto de despejo”, Carolina escancara a outra face da “cidade do progresso”, e ela têm consciência disso: “Oh! São Paulo rainha que ostenta vaidosa a tua coroa de ouro que são os arranha-céus. Que veste viludo e seda e calça meias de algodão que é a favela.” (JESUS, 1960, p. 42).

Durante todo o percurso pelas páginas do diário, descobrimos que o maior sonho de Carolina era comprar uma casa de alvenaria para si e seus filhos, longe da favela onde morava, e residir no campo. Através da escrita ela realizou seu grande desejo: comprou uma casa de alvenaria e saiu com seus filhos da favela.

Além do aspecto de ascensão social através da palavra (num país onde a literatura sempre foi privilégio de uma classe de letrados), isso nos revela que o espaço territorial representava para a autora. A favela era o quarto de despejo da cidade, lugar onde se jogavam os trastes sem serventia, e, estando ela nesse lugar, a simbiose com o lixo era inevitável:

[...] eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos. [...] Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (JESUS, 1960, p. 33-37)

A favela é para ela um signo. Uma espécie de código que carrega em si o todo rejeitado do conjunto da cidade, Ou seja, a favela é em si um produto ideológico nos escritos de Carolina Maria de Jesus. Para Bakhtin (2006),

[...] um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia. (BAKHTIN, 2006, p. 29)

Observando cuidadosamente o trecho citado, percebemos que a autora se refere à prefeitura da cidade a um palácio, a cidade como um jardim e a favela como um quintal onde jogam lixo. As vivências de Carolina Maria de Jesus produzem uma consciência crítica sobre o “metabolismo da sociedade capitalista” como nos fala Antunes (2018, p. 50), ou seja, a forma com que a sociedade capitalista se organiza e se alimenta das desigualdades por ele criadas. Dessa fora, Carolina Maria de Jesus apresenta nos seus escritos relatos de vidas historicamente subalternas.

Assim como a favela, a pobreza é também outro signo, constituído a partir de um lugar de marginalidade frente ao outro em que se inscreve as vivências de Carolina Maria de Jesus. Sobre isso, ela escreve:

[...] nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens dos rios, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos. (JESUS, 1960, p. 45)

Segundo Bakhtin (2006), o signo convertido, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e a refratar, numa certa medi-

da, outra realidade. A realidade da pobreza, materializada na favela é em si um conjunto destes signos que expressam aspectos da concretude de vida da autora escrevente. Nos escritos de Carolina de Jesus, a pobreza está na maioria das vezes ligada a um sentimento de tristeza por si e pelos outros. A tristeza da escrevente é ao mesmo tempo individual e coletiva.

[...] Eu tenho tanto dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada:

– Viva Mamãe!

A manifestação me agrada. Mas eu já perdi o hábito de sorrir. [...] Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. (JESUS, 1960, p. 25)

Bakhtin (2006) afirma que :

A orientação da atividade mental no interior da alma (a introspecção) não pode ser separada da realidade de sua orientação numa situação social dada. E é por essa razão que um aprofundamento da introspecção só é possível quando constantemente vinculado a um aprofundamento da compreensão da orientação social. (BAKTIN, 2006, p. 62)

Logo, é a partir das realidades individuais e coletivas que Carolina Maria de Jesus constrói a si e sua visão de mundo. É a partir de suas vivências que seus escritos vão se desenhando e tomando corpo de arte. Por isso, os escritos da autora não podem ser analisados sem que tenhamos articulado toda sua obra à sua condição de vida de mulher, negra, pobre, catadora de papel. Ou seja, que coloquemos no movimento analítico as referências da natureza social do discurso como forma de pensar o que se diz ou o que se constrói enquanto linguagem ou discurso a partir das experiências do real, bem como com as referências da interseccionalidade e escrevivências dadas as particularidades da vida e obra da autora que forma em suma o estado de sua arte.

#### **4. Conclusões finais.**

Quarto de Despejo: diário de uma favelada é um livro importante pela complexidade que compõe sua narrativa: observamos, através do discurso de uma mulher, preta, periférica, mãe solo, entre tantas outras singularidades, outro olhar a respeito da modernidade da paulistana, tão exaltada pelos modernistas, e, por conseguinte, outro olhar a respeito da própria cidade. Essa literatura, fruto das andanças de Carolina e da sua

capacidade única de observação do espaço, do movimento, das coisas, do olhar das pessoas.

No bojo deste trabalho, objetivou-se o desejo de analisar a forma crítica e estética com que são apresentadas as múltiplas faces das desigualdades retratadas pela autora a despeito da fome, pobreza, trabalho e miséria. Assim, buscamos evidenciar a maneira com que a autora dá centralidade a esses temas a partir do status de “ser mulher favelada”, sob uma perspectiva interseccional, ou seja, capaz de absorver o conjunto de relações e significados que circulam a vivência de Carolina Maria de Jesus em sua trajetória de vida e de trabalho. Fazendo de suas experiências o corpus de constituição de sua escrita. Buscando em Bakhtin a base para análise desse discurso vivo e social. Almejando assim também a colaboração para o fomento e estudo dessa autora tão importante, mas negligenciada e esquecida por sua condição social e racial.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: HUCITEC, 1993

DANTAS, Audálio. Nossa irmã Carolina. In: JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1960, p. 5-12.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DESLANDE, Suely Ferreira *et al.* (Orgs). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petropolis-RJ: Vozes, 1994.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Ano 10, 1º semestre, 2002.

\_\_\_\_\_. *A interseccionalidade e a discriminação de raça e gênero*. Disponível em: [www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/.../KimberleCrenshaw.pdf](http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/.../KimberleCrenshaw.pdf). Acesso em: 20/9/2016).

COLLINS, Patrícia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renato (Org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015. 96p. (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Economia e Feminis-

mo, 4) <http://www.sof.org.br/wpcontent/uploads/2016/01/reflex%C3%B5esepraticasdetransforma%C3%A7%C3%A3ofeminista.pdf>.

\_\_\_\_\_. Aprendendo com a outsider within\*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1 Janeiro/Abril. p. 99-127. 2016.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FERREIRA, A J. *Formação de Professores Raça/Etnia: Reflexões e Sugestões de Materiais de Ensino*. Cascavel: Coluna do Saber, 2006.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-44.

\_\_\_\_\_. *Mulher Negra*. Lélia Gonzales. 1984.

\_\_\_\_\_. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro-BR 8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association Pittsburgh, 5 a 7 de abril de 1979.

\_\_\_\_\_. *O lugar do Negro*. Lélia Gonzales e Carlos Hasenbalg. Rio de Janeiro: Marco zero. 1982

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 26, n. 1. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/viewFile/84979/87743>. Acesso em: 10/09/2017

\_\_\_\_\_. Classe e raça interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 26, n. 1. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/viewFile/84979/87743>. Acesso em: 10/09/2017

\_\_\_\_\_; KERGOAT, Daniele. A classe operaria tem dois sexos. *Estudos Feministas*, v. 2, n. 3, Florianópolis, p. 93, jan. 1994.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, ano 3, p. 464-78, 2º semestre. 1995.

\_\_\_\_\_. *Da margem ao centro*. Boston: South End Press, 1984

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompsom e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

MELO, Henrique; GODOY, Maria, C. Escrivência e produção de subjetividades: reflexão em torno de olhos d'agua de Conceição Evaristo. *Signótica*, v. 28, n. 1, p. 23-42, Goiânia, jan./jun.2016.

Miller (Chicago: University of Chicago Press, 1991), 53-72.

ORLANDI, Eni. *Estudos da linguagem*. Vitória da conquista, p. 9-13, 2005.

\_\_\_\_\_. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 7. ed. Campinas-SP: Pontes, 2007.

RIBEIRO, Djamilla. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando 2017.

SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, n. 2, Porto Alegre, Jul/Dez. 1995

SOARES, Lisandra V.; MACHADO, Paula S. “Escrivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Rev. psicol. polít.*, v. 17, n. 39. São Paulo, maio/ago. 2017.